



## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### CERTIDÃO DE JULGAMENTO

4ª Sessão Extraordinária do Plenário Virtual – 20.10.2021

Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00028/2019-73

Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Requerente: Liana Maria Melo Lages

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Interessado: Eloi Pereira de Sousa Junior

Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Controle da Resolução CPJ-PI nº 03/2018. Determinação para que a 56ª Promotoria de Justiça de Teresina se abstenha de atuar no controle externo da atividade policial. Realização de inspeções nas delegacias e batalhões militares. Participação em audiências de instrução e julgamento junto as 7ª e 8ª Varas Criminais de Teresina. Pedido liminar.

Presidente da Sessão: Antônio Augusto Brandão de Aras

Secretário-Geral: Jaime de Cassio Miranda

**Decisão:** O Conselho, por maioria, julgou parcialmente procedente o pedido, para determinar ao Ministério Público do Estado do Piauí que, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, adote as providências necessárias para adequação das atribuições da 56ª e 48ª promotorias de justiça de Teresina/PI, atualmente previstas nos incisos XIV e XVIII do art. 29 da Resolução CPJ/PI nº 03/2018, mantendo este Conselho informado das providências adotadas, nos termos do voto do Relator. Vencidos o Corregedor Nacional, Conselheiro Rinaldo Reis e o Conselheiro Oswaldo D’Albuquerque que julgavam improcedente o pedido. Não proferiram voto, em razão da vacância do cargo, um dos representantes do Ministério Público Estadual, o representante indicado pelo Superior Tribunal de Justiça e o representante indicado pelo Supremo Tribunal Federal.

Daniela Nunes Faria Teixeira  
Secretária Processual